

# **SOBRE LÊNIN<sup>1</sup>**

*David Maciel<sup>2</sup>*

## **Introdução.**

A obra de Vladimir Ilitch Ulianov, Lênin, é um marco no marxismo do século XX, seja pela abrangência dos temas que tratou, seja como dirigente máximo do acontecimento histórico mais decisivo do século: a Revolução Russa. Lênin não é um pensador inserido na vida acadêmica e distante do movimento real da luta política. Ao contrário, foi um pensador profundamente inserido na dinâmica do movimento revolucionário russo e internacional, o que faz com que sua reflexão seja determinada pelas contradições, avanços e recuos deste movimento em sua trajetória histórica.

Ao longo de quase 30 anos a obra elaborada por Lênin, como intelectual e como dirigente revolucionário, aprofunda e teoriza diversos temas e problemas, adaptando seu pensamento à realidade ao mesmo tempo em que procurava transformá-la. Ao contrário do pretensão dogmatismo de sua formulação e da rigidez de seu raciocínio, afirmada por determinadas leituras, tanto à direita, quanto à esquerda, sua obra evolui e se modifica ao longo do tempo, das conjunturas e das tarefas do movimento revolucionário, desenvolvendo e aprofundando determinadas problemáticas, mas também modificando outras radicalmente. Ao longo de todo o processo de formação e desenvolvimento do movimento operário russo, de preparação e organização da revolução e de transição para o socialismo, que marcaram sua vida como militante, as propostas de Lênin demonstraram extrema lucidez e fidelidade à perspectiva revolucionária, num ambiente intelectual marcado por um intenso debate e pela intervenção de teóricos e dirigentes brilhantes. Neste trabalho discutiremos introdutoriamente a obra política e teórica de Lênin recortando-a em três fases.

## **1- Da militância inicial à Primeira Guerra Mundial.**

Nascido em Simbirsk (Rússia), em 1870, Lênin inicia sua militância já no final dos anos 80 no movimento estudantil da universidade de Kazan, de onde é expulso e

---

<sup>1</sup> - Publicado no livro *Revolução Russa: processos, personagens e influências*. (Orgs.) MACIEL, David, MAIA, Cláudio e LEMOS, Antonio Henrique. Goiânia: CEPEC, 2007, p. 227-266.

<sup>2</sup> -David Maciel é mestre e doutorando em História pela Universidade Federal de Goiás e membro do CEPEC.

posteriormente preso, por conta de suas atividades. Logo depois se muda para Samara, onde atua nos círculos marxistas da cidade fazendo conferências, traduzindo e comentando obras de autores marxistas. No início dos anos 90 passa a residir em S. Petersburgo (Petrogrado) contribuindo para o processo de articulação e unificação de diversos grupos operários e intelectuais espalhados pelo país e pelo exterior, cujo resultado é a fundação do Partido Operário Social Democrata Russo (POSDR), em 1898. Desde então torna-se um dos principais teóricos e dirigentes do partido, vivendo diversos períodos no exterior e passando várias temporadas na prisão. A partir de 1903, no famoso congresso do partido realizado em Genebra e Londres, lidera a ala bolchevique até a ruptura definitiva com os mencheviques e a formação de dois partidos separados, em 1912. A primeira etapa do pensamento lenineano abrange do início de sua ação como militante, antes ainda da fundação do POSDR, até a eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914. Neste período de mais de 20 anos Lênin trata de diversos temas e problemas relativos ao movimento operário, ao marxismo e à sociedade russa e estabelece uma leitura original, de superação dialética, tanto em relação às tradições jacobina e social-democrata, quanto em relação ao pensamento revolucionário russo. Neste vasto elenco de problemas, três questões se destacam: a questão partidária, a estratégia revolucionária e o programa. Em alguns pontos o tratamento dado a estas questões neste período se mantém e desenvolve ao longo de sua vida, mas em outros sofrerá uma modificação radical.

A base teórica fundante de suas formulações é a análise detalhada da estrutura social russa, efetuada principalmente no livro *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* (LÊNIN, 1982b), escrito enquanto esteve preso entre 1895 e 1897. Nesta obra Lênin constata o caráter dependente e atrasado do capitalismo russo em relação às potências européias, mas também constata sua aceleração e irreversibilidade no final do século XIX. Nas condições particulares da autocracia czarista o capitalismo russo promovia não só o desenvolvimento industrial do país, com o desenvolvimento do mercado interno, a formação da classe operária e o apoio financeiro, mas a própria transformação da estrutura agrária, com efeitos fortemente desagregadores sobre a comuna rural tradicional. Esta visão o afastou radicalmente da perspectiva revolucionária populista, que apostava na transição para o socialismo a partir da comuna rural e da direção política do campesinato, permitindo-lhe atualizar a leitura da realidade russa a partir do marxismo e colocar a necessidade imperativa da revolução e da criação de um partido operário revolucionário. Permitiu-lhe também elaborar uma

estratégia revolucionária que se distinguia tanto dos populistas, quanto das outras correntes da social-democracia russa, como a dos mencheviques e a de Trotsky/Parvus.

Militando num movimento ainda marcado pela dispersão organizativa e por uma reflexão teórica extremamente debilitada, devido à inserção recente do marxismo no universo revolucionário russo, Lênin dedica-se com toda a força de sua lógica e de sua retórica argumentativa à formulação do problema do partido revolucionário. Membro do recém-criado e mal articulado Partido Operário Social Democrata Russo, Lênin procura contribuir na discussão da questão organizativa com uma concepção de partido extremamente articulada, mas que causa polêmicas acesas no movimento revolucionário russo e europeu. Principalmente em seu livro *Que fazer?* (LÊNIN, 1982a:79-214), editado em 1902, Lênin sistematiza uma concepção de partido que vai acompanhá-lo por toda a vida, apesar das correções e aperfeiçoamentos que realizou posteriormente. Nesta formulação uma série de problemas decisivos para a teoria política lenineana estão articulados, permitindo uma reflexão muito mais abrangente do que a simples discussão sobre qual o partido mais adequado para a ação revolucionária.

Em primeiro lugar, é necessário frisar que a reflexão de Lênin é original tanto em relação ao marxismo desenvolvido pelos partidos da Segunda Internacional no período, quanto em relação às diversas tradições políticas presentes não só no movimento revolucionário russo, mas também no movimento revolucionário europeu, particularmente o populismo e o jacobinismo. Há diante destas tradições, e do próprio marxismo, uma relação dialética de conservação/superação, que ao mesmo tempo em que faz o acerto de contas com as mesmas, sintetiza suas contribuições numa formulação original. Da matriz do jacobinismo Lênin absorve a idéia da realização de uma revolução democrático-burguesa, capaz de universalizar os direitos políticos e civis e fundar a cidadania moderna, sob uma ditadura revolucionária. Porém, uma ditadura revolucionária sustentada por uma aliança operário-camponesa e não por uma aliança pequeno-burguesa-operária. Em relação ao populismo russo, fundador do movimento popular-revolucionário na Rússia, Lênin critica asperamente a unilateralidade dos métodos terroristas e sua pouca eficácia, apesar de acreditar na necessidade da violência revolucionária; porém como momento específico e subordinado da luta revolucionária e não como fim em si mesmo. Entretanto, Lênin incorpora a importância decisiva da questão agrário-camponesa na estratégia de uma revolução na Rússia e o papel essencial a ser exercido por um grupo de revolucionários profissionais neste processo.

Finalmente, a relação com o marxismo da Segunda Internacional e especificamente com a social democracia alemã é mais complexa e contraditória, pois se de um lado Lênin é herdeiro desta tradição em suas lições e limites, por outro lado ele a supera plenamente. Particularmente a experiência do Partido Social Democrata Alemão é extremamente educativa para Lênin, pois este partido conviveu com situações que iam do extremo da repressão governista aberta, como durante a vigência da lei anti-socialista de Bismarck, à constituição de um partido de massa com milhares de filiados, representação no parlamento, jornais de grande circulação, ligação orgânica com um forte movimento sindical e com influência sobre diversas entidades da sociedade civil. Desta experiência emergem dois elementos centrais na concepção lenineana, quais sejam a eficácia organizativa do centralismo e a existência de diferenças objetivas entre a vanguarda da luta e do movimento revolucionários e a classe operária. Destes elementos parte uma questão decisiva e bastante controversa que é a noção de que a ideologia socialista só pode hegemonizar a classe operária se inserida de fora para dentro. Ou seja, se um corpo de intelectuais revolucionários, de extração social pequeno-burguesa, educar a classe, inculcar-lhe a coerência da ideologia revolucionária, da ideologia socialista. Do contrário, se deixada a si mesma, a classe jamais amadurecerá uma ideologia revolucionária, continuará presa a uma consciência meramente corporativa, sindical, “trade-unionista” segundo ele, ditada pelas agruras do cotidiano de exploração econômica no ambiente das fábricas; consciência limitada e de conteúdo meramente reivindicativo e não de conteúdo revolucionário. Só os intelectuais revolucionários são capazes de formular e desenvolver a ideologia socialista, pois são possuidores do conhecimento e da coerência lógica necessários para lhe dar sistematização e para transformá-la num projeto político global, edificador de uma nova sociedade, e guia numa luta revolucionária conseqüente.

Esta formulação é literalmente extraída de Kautsky, o maior teórico e dirigente da social democracia alemã e considerado por Lênin um fiel continuador da tradição revolucionária iniciada com Marx e Engels, pelo menos até a capitulação da social democracia alemã em 1914. Aliás, a trajetória de Marx e Engels era vista como típica manifestação da formulação da ideologia socialista por intelectuais pequeno-burgueses, que a ensinavam pacientemente aos operários. Segundo Franco (1985), na verdade, tanto Kautsky quanto Lênin identificaram como sendo uma única e mesma coisa dois fenômenos superestruturais de características distintas: ciência revolucionária e ideologia revolucionária. Ou em outras palavras, identificaram conhecimento com

consciência, ou conhecimento com reconhecimento. No ambiente do marxismo determinista da Segunda Internacional e do predomínio positivista na cultura científica da época esta formulação possuía plena legitimidade.

Por outro lado, no plano político Lênin rompe com a dogmática economicista e determinista da Segunda Internacional e supera sua principal consequência prática: o reformismo. É daí que emerge sua originalidade e a fundação de sua teoria política, pois ao criticar os que acreditavam que a luta operária nas fábricas era a essência da luta revolucionária, tachando-os de “economistas”, Lênin define a autonomia relativa do político diante do econômico e estabelece as bases de uma luta ético-política. Ou seja, para Lênin a luta operária nas fábricas por aumentos salariais, melhorias das condições de trabalho etc., era uma luta legítima e necessária, porém extremamente limitada para uma perspectiva revolucionária, pois se restringia aos interesses corporativos dos operários, sendo incapaz de ultrapassar os muros das fábricas e articular não só os trabalhadores fabris, mas as diversas classes e camadas oprimidas pelo capital, pela nobreza e pelo Estado czarista. Deste modo, a luta revolucionária não se limitava à luta econômica, pelo contrário, ela adquiria uma autonomia relativa diante do econômico enquanto luta política global, que superava os limites da situação concreta dos operários para interlocutar com todos os grupos oprimidos da sociedade, denunciando não apenas a opressão do trabalho pelo capital, mas todas as formas de opressão.

A luta revolucionária continua referenciando-se na classe operária, enquanto classe antagônica fundamental e enquanto portadora da missão histórica de construir uma sociedade sem classes, mas não se limita a ela, pois baseia-se num projeto político global, num projeto nacional-popular. Daí as diferenças que Lênin estabelece entre o trabalho do militante sindicalista e do militante social democrata, o primeiro limita-se à luta econômica, o segundo é um tribuno popular, capaz de agitar as massas e denunciar toda e qualquer manifestação do sistema social de dominação. Daí também a noção de que a classe operária só se educa na ideologia socialista através de sua inserção na arena da disputa política, através da luta política. Sua adesão ao partido não reproduz os métodos despóticos da fábrica moderna, crítica dirigida por muitos à proposta lenineana de partido centralizado, pois supõe adesão consciente e não imposta. A consequência prática mais decisiva desta formulação é a necessidade de organizar a revolução (LÊNIN, 1982a: 79-214). Assim, a luta política torna-se um ato de criação histórica, criação da revolução e, por meio desta, criação da nova sociedade. A originalidade desta formulação é evidente não só nos meios revolucionários russos, mas em todo o

ambiente da Segunda Internacional e do seu marxismo evolucionista, do qual a social democracia alemã era a expressão mais acabada e o menchevismo sua tradução russa.

Tanto pelo viés de Kautsky, quanto pelo de Bernstein a social democracia alemã era conduzida para um processo progressivo de integração passiva à ordem, que tinha por fundamento teórico uma concepção materialista dogmática que limitava a luta de classes ao econômico, derivava mecanicamente a superestrutura da infra-estrutura e esperava a emergência do socialismo como fruto das condições objetivas. Com sinais trocados, tanto Bernstein, primeiro, quanto Kautsky, depois, expressaram o desvio economicista e objetivista da social democracia alemã, em certa medida responsável pelo esvaziamento de sua perspectiva revolucionária. Neste ambiente, as considerações de Lênin sobre a organização revolucionária são prenes de conseqüências e desdobramentos para uma teoria política original.

Informado pela autonomia relativa da política, como mediação da luta de classes, e pela identidade entre ciência e ideologia Lênin desenvolve suas reflexões sob o imperativo da revolução e enxerga no partido de revolucionários profissionais o instrumento privilegiado para organizá-la, como síntese entre ser social e consciência social, entre luta econômica, luta ideológica e luta política. Estes são os tribunos populares, portadores da ideologia/ciência revolucionária, que educam e organizam as massas através de seu trabalho de agitação e propaganda, que superam a luta corporativa pela luta ético-política. Nos termos de Lênin, os revolucionários profissionais são a vanguarda que dirige a classe, formam o partido que dirige o movimento, numa formulação que distingue claramente os dirigentes dos dirigidos. A posse da ideologia/ciência revolucionária é o que permite a estes intelectuais dirigirem o movimento da classe operária, estendendo seu projeto histórico para o conjunto das classes exploradas e oprimidas, construindo a hegemonia proletária sobre o campo popular. Segundo Gruppi (1979:19-45), operando uma síntese entre ser social e consciência social, entre luta econômica, luta ideológica e luta política. É neste sentido que se entende a expressão de Lênin de que a consciência vem de fora da classe operária, ou seja, de fora da dinâmica e da luta econômica imediatas, ela vem da política.

Por isto, para Lênin este instrumento extremamente centralizado e disciplinado, composto de militantes responsáveis e totalmente dedicados à ação revolucionária, é o mais eficaz para o desenvolvimento da luta revolucionária nas condições da sociedade russa. Ele não só é o instrumento mais ágil numa arena política em que a sociedade civil

praticamente inexistente e a sociedade política quase se confunde totalmente com o governo czarista. Ele é o instrumento capaz de salvaguardar a acumulação teórica e prática do movimento diante dos golpes da autocracia czarista, evitando sua descontinuidade e um eterno “começar de novo”. Deste modo, o partido é a síntese do movimento revolucionário, sua capacidade de direção emana diretamente de sua articulação orgânica com as classes subalternas, particularmente com a classe operária, e de sua capacidade para traduzir a dinâmica das contradições sociais e as demandas populares na proposição de ações concretas e na elaboração de um projeto político claro e acessível. Portanto, a capacidade de direção dos revolucionários profissionais se baseia na sua hegemonia no interior do movimento revolucionário e junto às classes subalternas, na sua capacidade de mediação.

É importante destacar que desta concepção do partido e de sua relação com o movimento revolucionário e com as classes emergiu uma equação política básica que Lênin não abandonou durante toda a vida, mesmo quando após 1917 o Estado soviético e o partido bolchevique deram sinais de crescente burocratização e autoritarismo. Esta equação concebia que partido revolucionário é igual a partido proletário e que governo do partido proletário é igual a governo do proletariado. Simplificando, podemos afirmar que esta equação emana diretamente de seu entendimento da relação entre ideologia e ciência, do papel que ele elabora para o partido revolucionário no ambiente político da Rússia czarista e na própria noção de responsabilidade e dedicação à causa que para ele é condição no revolucionário profissional. Há aí uma diferença abismal entre o revolucionário profissional concebido por Lênin, que até abre mão de benesses materiais em nome da causa e jamais considera o exercício do poder e da autoridade como um fim em si mesmo, e o funcionário do partido e do Estado, que ocupa as funções dirigentes como fonte de privilégios e de poder, reproduzindo uma prática burguesa. Para Lênin, o revolucionário profissional era um tipo do homem novo de que falava Marx. No entanto, pode-se objetar, com razão, que a formulação leniniana do revolucionário profissional foi dogmatizada, esvaziada de seu conteúdo crítico, e acabou servindo, posteriormente, de ideologia para legitimar o burocrata soviético. Mais ainda, esta formulação criou uma grande lacuna na obra leniniana: a questão da autonomia da classe operária frente aos seus instrumentos políticos e representativos.

A formulação de Lênin sobre o partido é parte essencial de sua reflexão sobre a estratégia revolucionária, definida e sistematizada, a partir de seus estudos sobre a formação social russa. Da compreensão da Rússia como país de capitalismo débil e

atrasado, onde a indústria convivia com uma agricultura em que predominavam relações de trabalho pré-capitalistas; a burguesia não possuía um projeto revolucionário de tipo liberal, preferindo preservar sua aliança com o Czarismo e com a nobreza; e a não extensão dos direitos políticos e civis ao campo e às cidades era condição para a manutenção da aliança hegemônica no Estado; emerge em Lênin uma profunda desconfiança quanto aos propósitos revolucionários ou, no mínimo, democráticos da burguesia russa. Esta desconfiança o faz conceber a revolução no ambiente atrasado e tardiamente capitalista da Rússia como uma revolução democrático-burguesa (sem e até mesmo contra a burguesia) sob governo operário-camponês, ou, segundo seus termos, uma “ditadura democrática revolucionária do proletariado e do campesinato”. Se para ele era claro que a revolução socialista ficaria para depois devido ao próprio atraso do capitalismo russo, a especificidade de sua estratégia em relação ao restante do movimento social democrata russo residia na crença de que as liberdades políticas e civis só seriam conquistadas sob a ação revolucionária das classes subalternas e não sob a ação revolucionária da burguesia, a quem o operariado deveria se aliar.

Enquanto as classes subalternas não tomassem o poder, ou pelo menos não tentassem, teriam que conviver com um regime político extremamente repressivo e autoritário, que lhes negava qualquer cidadania. Ou seja, era uma ilusão esperar que a burguesia russa fosse reproduzir a experiência da Europa Ocidental e liderar uma revolução democrática que derrubasse o czarismo e criasse uma legalidade constitucional capaz de dar ao movimento revolucionário certa liberdade de ação para se organizar, como queriam os mencheviques. Por isto Lênin formulou sua concepção da tomada do poder, e a própria concepção do partido, considerando as condições extremamente difíceis e limitadas em que o movimento revolucionário deveria atuar. Mais do que isto, formulou a tomada do poder num ambiente em que a sociedade civil era extremamente débil e limitada e os aparelhos privados de hegemonia das classes subalternas eram praticamente inexistentes. Portanto, a arena da disputa política se limitava quase que totalmente à sociedade política e esta confundia-se com o próprio Estado, pois a autocracia czarista impedia a consolidação de partidos, parlamentos, judiciário independente, etc.

Esta proposta, sistematizada no famoso *Duas táticas da social democracia na revolução democrática* (LÊNIN, 1982a: 381-472) escrito em meados de 1905 e com a revolução em pleno andamento, explicita as divergências de Lênin com as outras correntes do marxismo russo, particularmente com os mencheviques, indicando sua



compreensão particular do processo revolucionário russo e sua originalidade diante das visões dominantes, tendentes a pensá-lo como repetição da experiência européia. Disto resulta a necessidade de concentrar a luta revolucionária num instrumento centralizado e clandestino, o partido. Resulta também a relativa exclusividade deste instrumento na realização das tarefas revolucionárias e seu papel insubstituível na organização da revolução, seja pela ausência de aparelhos privados de hegemonia das classes subalternas consolidados, seja pelo próprio caráter especial e contraditório de uma revolução democrático-burguesa sem e contra a burguesia.

A derrota da Revolução de 1905 e a recomposição da autocracia já em 1907 impactam a formulação lenineana em 2 aspectos: reforça sua concepção de partido e de revolução, aguçando a polêmica e o distanciamento com os mencheviques e modifica sua proposta para a questão agrária, criando as bases das suas teses sobre o capitalismo de Estado. Para Lênin, após a abolição da servidão, em 1861, havia uma disputa entre a nobreza latifundiária e o campesinato em torno da questão agrária. Enquanto a nobreza lutava por uma solução “prussiana” para a questão da terra, onde a agricultura perderia seu caráter feudal e fosse se “aburguesando” por meio do arrendamento aos camponeses e da produção de mercadorias, o campesinato lutava por uma solução “norte-americana”, onde a terra seria dividida em lotes individuais sob a regulação dos comitês agrários. Dos dois modos o capitalismo se desenvolveria na Rússia, porém do segundo modo de forma revolucionária, pois afetaria o czarismo de morte. Por isto, os social-democratas deveriam apoiar a solução camponesa para a agricultura russa, até por que a burguesia liberal apoiava os interesses da nobreza, sendo favorável à manutenção do latifúndio, à indenização em caso de confisco, e à preservação dos privilégios aos proprietários criados com as reformas de 1861. Na verdade, a burguesia liberal, “cadete” (do Partido Democrático Constitucional, criado na revolução), apóia a solução prussiana.

Segundo Lênin, além do caráter revolucionário da solução camponesa diante do czarismo, a própria estrutura agrária russa favoreceria o caminho “norte-americano” devido ao enorme fundo de terras para colonização existente à leste, o que, numa situação política de liberdade camponesa, facilitaria sua ocupação pela pequena propriedade, repetindo, de certo modo, a experiência norte-americana e criando uma vasta classe de *farmers* (granjeiros) russos. No caso da via “prussiana” a tendência é a formação de uma pequena camada de camponeses ricos, que se transformariam em base

social de massa do czarismo, ao lado de camada amplamente majoritária de operários agrícolas.

Apesar de defender a necessidade da revolução agrária, como os SR (socialistas revolucionários), herdeiros políticos dos populistas russos, Lênin discorda deles, pois avalia que isto traria uma forma mais progressista de capitalismo, mas não o socialismo, como esses avaliam. Porém, para evitar uma restauração capitalista após a revolução, com a transformação de parte dos camponeses numa nova burguesia agrária, Lênin defende a estatização (nacionalização) da terra e não a municipalização, como pretendiam os mencheviques. Deste modo, para Lênin, a possibilidade aventada por Marx e Engels de transição para o socialismo por meio da comuna agrária, tese à qual os SR ainda estavam presos, foi totalmente superada pelo próprio desenvolvimento do capitalismo na Rússia e pelas reformas stolipinianas (de Stolipin, primeiro ministro russo entre 1906 e 1911), particularmente aquela que previa a privatização das comunas rurais.

Esta nova posição, apresentada no seu *O Programa agrário da Social Democracia na Primeira Revolução Russa de 1905-1907* (LÊNIN, 2002), de 1907, diferia de sua proposta anterior, pois até então Lênin defendia a concessão dos *otrezki* aos camponeses, ou seja, as terras sobre as quais a nobreza resguardava direito de cobrança de taxas, serviços e arrendamentos, sendo a principal fonte de submissão dos camponeses. No entanto, com a revolução e após as reformas stolipinianas, Lênin passa a defender a estatização de toda a terra, baseado nos esquemas de Marx sobre a renda da terra e as propostas de Kautsky sobre estatização. Segundo ele, com a estatização o camponês seria liberto do jugo da nobreza, podendo ocupar as terras e aumentar a produção e a renda da terra seria destinada ao Estado, sendo a renda diferencial nivelada pelo lucro médio da economia, favorecendo o barateamento dos preços agrícolas, com efeitos benéficos para a indústria e a classe operária. Na verdade, a estatização era vista como a forma mais coerente e condizente com os interesses operários e com a perspectiva socialista, pois permitiria a aceleração do capitalismo na agricultura russa, o que para Lênin era inevitável, porém bloqueando a via “prussiana” e estimulando a via “norte-americana”, mais democrática e igualitária. Esta seria desenvolvida, também sem o seu efeito mais nefasto, qual seja a aceleração da desigualdade social entre os camponeses, com a formação de um campesinato rico naturalmente interessado na restauração capitalista (os *farmers*). Obviamente, a condição fundamental de todo o processo de estatização era a ditadura democrático-revolucionária do operariado e do

campesinato. Esta formulação está na origem das teses sobre o papel do capitalismo de Estado na transição socialista, desenvolvidas e aprofundadas a partir de 1915-17.

## **2- Da Primeira Guerra à Revolução de Outubro.**

Com a Primeira Guerra Mundial a estratégia revolucionária de Lênin sofre uma correção de rumo, pois ele passa a considerar que a guerra imperialista acelerou e mundializou a revolução socialista e que a Rússia cumpria um papel estratégico neste processo. Devido à debilidade estrutural do Estado czarista e do capitalismo russo em relação à Europa, era na Rússia que o movimento revolucionário encravar-se-ia a primeira cunha no sistema imperialista de dominação; estimulando os operários europeus a fazerem o mesmo em seus países. Mais do que isto, a Rússia não seria o pontapé inicial apenas para a revolução europeia, mas também daria partida na onda revolucionária dos países coloniais, particularmente do Oriente. O papel estratégico da Rússia se devia não só à sua precocidade, mas também ao caráter ambivalente de sua revolução. Ela já não era apenas uma revolução democrático-burguesa, esta característica ela cumpriria no atrasado campo russo, pois nas cidades ela já seria uma revolução proletária, uma revolução socialista. Portanto, ela carregava características da revolução na Europa e características da revolução nos países coloniais. Porém, o caráter proletário-socialista da revolução nas cidades só se consolidaria se a revolução europeia se realizasse com sucesso, pois a Rússia necessitaria da ajuda externa para superar os limites impostos por um capitalismo débil e dependente à construção do socialismo.

Esta correção de rumo é tanto consequência da falência dos partidos da IIª Internacional, particularmente da social-democracia alemã, que abandonaram o princípio do internacionalismo proletário e aderiram ao esforço de guerra de suas burguesias imperialistas, o que para Lênin significou uma derrota vergonhosa; quanto do esforço teórico empreendido por ele para entender a nova situação, materializado em seus estudos sobre a dialética, o imperialismo e o Estado.

Antes da 1ª Guerra Lênin tinha uma visão filosófica fortemente determinista, herdeira do marxismo da IIª Internacional, particularmente nas versões de Plekhanov e de Kautsky, expressa numa visão não dialética da relação entre matéria e idéia e entre estrutura e superestrutura, que contradizia suas formulações políticas e estratégicas. *Materialismo e empiriocriticismo* (LÊNIN, 1975), de 1908, é a obra filosófica de Lênin no período pré-guerra e foi escrita para combater o que considerava tendências idealistas no seio do partido, representadas por diversos intelectuais liderados por

Alexander Bogdanov. Lênin acusa-os de tributários de filósofos burgueses como Mach, Avenarius e Hume, o que contaminaria o marxismo com tendências idealistas, positivistas e fideístas. No entanto, em sua defesa do materialismo Lênin expõe uma visão essencialmente dualista e estanque da relação entre matéria e idéia. A afirmação absoluta do primado da matéria o faz afirmar que o conhecimento é um simples reflexo, espelhamento da existência social. Além disso, ao reduzir o materialismo à condição de concepção que reconhece que os objetos existem “em si”, independentemente do sujeito que conhece, nega a relação dialética entre sujeito e objeto, pelo menos no plano filosófico.

Em parte este reducionismo materialista se manifesta na estratégia revolucionária de Lênin, ainda tributária da tese da impossibilidade de uma revolução socialista na Rússia devido ao caráter atrasado e débil do capitalismo russo, tendo a revolução, por isto, um caráter democrático-burguês, como também pensavam os mencheviques (LOWY, 1975: 126-142), e na própria identificação entre conhecimento e reconhecimento de que já falamos; apesar das propostas inovadoras de aliança operário-camponesa, de estatização da terra, da luta política como mediação da luta de classes e da revolução como fruto da iniciativa revolucionária e não resultado mecânico das condições objetivas. Além disso, seu reducionismo materialista o fez associar o bogdanovismo ao empiriocriticismo e tratar este como uma filosofia positivista e fideísta, não entendendo o monismo bogdanoviano, baseado numa perspectiva dialética entre teoria e práxis (SCHERRER, 1984 e GUIMARÃES, 1998:122-130).

Entre os anos de 1914 e 1915, talvez para entender a tragédia da IIª Internacional, Lênin dedica-se ao estudo aprofundado de Hegel. Como resultado, elabora diversas notas de leitura, mais tarde publicadas com o título de “Cadernos Filosóficos”, onde supera seu reducionismo materialista e seu determinismo, fazendo a autocrítica de sua posição anterior. Primeiramente, a tradicional oposição entre materialismo e idealismo, com fortes rebatimentos na visão lenineana sobre a teoria do conhecimento, é superada na medida em que Lênin descobre o fio condutor de Hegel a Marx na questão da dialética. Daí sua afirmação de que “o idealismo inteligente está mais próximo do materialismo inteligente do que do materialismo estúpido. Idealismo dialético no lugar de inteligente: metafísico, não-desenvolvido, morto, tosco, rígido, em lugar de estúpido” (Apud GUIMARÃES, 1998: 128). Em segundo lugar, Lênin parece superar a sua visão determinista do conhecimento como reflexo do real, na medida em que incorpora a noção de que se chega à verdade por meio da atividade prática, quando

conceito e objeto coincidem. Ou seja, a práxis passa a ser o critério fundamental da verdade, unificando o sujeito que conhece e o objeto que é conhecido. Deste modo, a prática não é a aplicação ou verificação da teoria, mas a consumação do conhecimento (GUIMARÃES, 1998: 122-130). Se levada às últimas conseqüências esta formulação permite a superação da noção de que a ideologia revolucionária só pode vir de fora da classe operária, pois na própria práxis proletária reside a possibilidade desta conhecer o mundo e se reconhecer. Porém, Lênin parece não ter chegado a este ponto, o que o obrigaria a rever sua visão da relação entre partido e classe, apesar dos seus apelos finais de que o partido e o governo fossem “arejados” pela presença de proletários, já em 1922-23, indicarem o contrário.

Finalmente, Lênin percebe a realidade como fruto de conexões ao mesmo tempo universais e multiformes, o que lhe permite considerar a noção de causa e efeito como unilateral e rígida. Ao contrário, o efeito é manifestação da causa, pois há uma unidade entre ambos, o que permite o descarte de uma visão determinista e mecanicista da relação entre ambas. Com as noções de práxis e multiformidade Lênin passa a conceber o conhecimento como “possibilidade”, como aproximação com o real, necessariamente incompleto e imperfeito, chegando a afirmar que como toda lei científica é fixa, toda lei científica é estreita. Deste modo, Lênin rompe com o cientificismo do marxismo da IIª Internacional e com seu determinismo histórico. Assim, sua estratégia revolucionária ganha enorme flexibilidade e plasticidade em relação à realidade concreta, permitindo-lhe dar o salto das “Teses de Abril” e das suas formulações sobre a transição para o socialismo (LOWY, 1975: 126-142).

Em 1916 Lênin escreve o seu *O imperialismo: fase superior do capitalismo* (LÊNIN, 1982c), dando continuidade a um debate iniciado em 1902 com o livro “Imperialismo: um estudo”, de John Hobson, e desdobrado com os estudos de Rudolf Hilferding, “O capital financeiro”, de 1910; de Rosa Luxemburgo, “Acumulação de capital”, de 1913, e de Nicolai Bukhárin, “O imperialismo e a economia mundial”, de 1915. Nesta obra Lênin constata que o fenômeno imperialista é fruto do processo de concentração e centralização do capital criado pela própria dinâmica concorrencial do capitalismo, sendo intrínseco ao seu próprio desenvolvimento. Ao invés de ser um desvio na evolução natural do capitalismo, como consideravam Hobson, Hilferding e Kautsky, para Lênin o imperialismo era sua fase superior, o auge do desenvolvimento capitalista e, por isto, sua etapa final (DEL ROIO, 2007).

Para Lênin, o próprio desenvolvimento da concorrência entre as empresas levou à monopolização do mercado por algumas poucas delas, gigantes, e ao domínio de meia dúzia de potências, “Estados-rentistas”, sobre o globo. Esta nova situação criava uma tendência fortemente estagnacionista e parasitária na economia capitalista, com a valorização dos ganhos obtidos de forma usurária, particularmente pela oligarquia financeira, em prejuízo da produção e com a estagnação tecnológica oriunda do controle monopólico do mercado pelas grandes empresas. Por outro lado, esta tendência não impede o rápido desenvolvimento do capitalismo, particularmente em alguns países e setores econômicos mais articulados à nova fase. Ao contrário, setores parasitários e rentistas crescem enorme e rapidamente em relação aos setores produtivos tradicionais, gerando um desenvolvimento extremamente desigual entre ramos econômicos e países. Além disso, a contradição entre socialização da produção e apropriação privada atinge níveis jamais vistos, pois a magnitude das operações econômicas realizadas pelas grandes empresas, envolvendo inúmeros ramos econômicos e os mais distantes e variados territórios se choca frontalmente com o caráter altamente restritivo do processo de controle e apropriação da riqueza.

Deste modo, para Lênin o imperialismo expressava o ápice das contradições inerentes ao capitalismo, sendo a guerra e a revolução mundial os seus corolários necessários. A guerra porque os interesses da oligarquia financeira exigiam o desenvolvimento da política bélica internamente e o expansionismo externo. A revolução mundial por que o imperialismo elevou as contradições capitalistas à escala mundial, colocando no mesmo circuito de guerra e rapina as mais distintas formações sociais e os mais variados povos. Daí o caráter mundial da revolução, tanto nos países desenvolvidos, quanto nos países coloniais.

No entanto, nos países capitalistas a revolução demandaria o combate ao oportunismo operário, ou seja, a adesão das camadas mais elevadas do operariado, ligadas aos setores monopolistas, à política imperialista e à hegemonia burguesa. Para Lênin o oportunismo operário, cujo berço foi justamente o movimento operário da Inglaterra, a primeira potência imperialista, se manifestava de diversas formas como o reformismo, o nacional-chauvinismo, e o apoio à guerra imperialista, degenerando o movimento operário até mesmo em países como a Rússia. Por isto a luta contra o imperialismo era indissociável da luta contra as deformações do movimento operário mundial. Mais do que um trabalho primoroso de economia política, o *Imperialismo* de Lênin é parte integrante de seu esforço teórico contra o reformismo, particularmente

aquela desenvolvido durante a guerra, ligando-se organicamente aos outros textos do período e à sua nova estratégia revolucionária.

*O Estado e a revolução* (LÊNIN, 1980a:219-305), obra escrita por Lênin em meados de 1917, liga-se organicamente à problemática do imperialismo e completa o esforço teórico desenvolvido por ele desde a Primeira Guerra. Analisando as formulações de Marx e Engels sobre o Estado, Lênin avança duas teses cruciais neste texto: a primeira é a de que o Estado burguês precisa ser suprimido, quebrado revolucionariamente, para que o Estado socialista seja criado, com o abandono de suas instituições políticas e burocráticas e a constituição de novas; a segunda é a de que o Estado socialista se distingue de todos os demais tipos de Estado, pois é o único que “definha”, se extingue progressivamente até o seu desaparecimento total. Deste modo, Lênin considera que as propostas de transição gradual do Estado burguês para o Estado socialista, bastante em voga no ambiente da IIª Internacional, são estranhas ao marxismo e que não há, nem pode haver, continuidade entre as instituições burguesas e as instituições socialistas, pois no socialismo a socialização progressiva da propriedade dos meios de produção se combina com a socialização progressiva do poder, criando uma nova forma de democracia, a democracia socialista. Nesta ótica, Lênin retoma as indicações de Marx acerca do caráter da Comuna de Paris (1871), tida por ele como a forma finalmente encontrada da ditadura do proletariado, como Estado de novo tipo, e acerca das fases da sociedade comunista, que ele dividia em primeira fase e fase superior. Na primeira fase, chamada por Lênin de socialismo, o Estado e as classes ainda existiriam, porém em processo de definhamento, até sua extinção final e a criação da segunda fase, o comunismo.

*O Estado e a revolução* é um texto de combate explícito ao que Lênin chamava de “oportunismo” no movimento operário europeu, particularmente na social-democracia alemã (Kautsky) e no menchevismo (Plekhanov), e um diálogo implícito com Bukhárin. Para além do tratamento simplificado dado à materialidade e ao funcionamento concreto do novo Estado, o que levou alguns estudiosos a afirmarem que a obra é uma “escorregada” teórica de Lênin se comparada com outras obras do período, com suas formulações sobre a transição socialista e sua ação como governante após Outubro; *O Estado e a revolução* tinha como alvo de crítica principal as teses acerca da possibilidade de criação do socialismo por meio do avanço progressivo da democracia parlamentar, com os trabalhadores conquistando o governo por via eleitoral e realizando pacificamente as transformações sociais necessárias à transição socialista. Ao contrário,

Lênin reafirma as teses marxistas sobre o caráter de classe do Estado burguês, acentua o peso de sua dimensão repressiva no sistema burguês de dominação e coloca sua quebra como condição imperativa para a transição ao socialismo, particularmente na fase do imperialismo. Este é o ponto que o aproxima das formulações de Bukhárin, presentes no livro “O imperialismo e a economia mundial”, onde este afirma o caráter “bandidesco” do Estado imperialista, como aparelho econômico em que se transformou devido à criação do capitalismo monopolista de Estado e à função militar exercida no processo de colonização. Para Bukhárin, a expropriação dos meios de produção capitalistas, viabilizada pela revolução socialista, implicaria na expropriação do Estado e na sua conseqüente “explosão”. Porém, na avaliação de Lênin tal “explosão” não se daria imediatamente, pois o Estado continuaria existindo após a revolução sob um conteúdo socialista, o que tornaria o seu “definhamento” possível. Portanto, na conjuntura política de 1917, *O Estado e a revolução* é uma potente defesa da centralidade da revolução e da necessidade de construção de um novo Estado, baseado na ditadura do proletariado (BERTELLI, 1987: 61-104 e 2005; NETTO, 2004:109-138).

Após a Revolução de Fevereiro de 1917, ainda no exílio Lênin intervém na luta política em curso alertando o partido bolchevique acerca dos limites do governo provisório e das possibilidades abertas pela revolução. Diversos textos de intervenção são escritos neste período, sendo os principais as *Cartas de longe*; as *Teses de Abril (Sobre as tarefas do proletariado na presente revolução)*; *A catástrofe que nos ameaça e como combatê-la*; *Marxismo e insurreição*; *As tarefas da revolução* (LÊNIN, 2005: 25-68; 77-112 e 125-138) e *Sobre a dualidade de poderes* (LÊNIN, 1980a: 17-19). Duas ordens de problemas emergem nestes textos, escritos entre fevereiro e outubro de 1917: o compromisso da burguesia russa e do governo provisório por ela dirigido com um processo de mudanças limitado e controlado, onde seus interesses fundamentais e os da nobreza fossem preservados, e a necessidade de uma nova revolução para que se garantisse a manutenção e o aprofundamento da perspectiva revolucionária de Fevereiro com a conseqüente “quebra” do Estado czarista-burguês. Ou seja, Lênin denuncia, de um lado, os limites estruturais da ação revolucionária da burguesia, comprometida com a continuidade da Rússia na guerra e com a manutenção do controle da terra pela nobreza, sempre disposta a apoiar a restauração monárquica ou um golpe contra-revolucionário caso as coisas fugissem do controle. Também denuncia o oportunismo e o colaboracionismo dos partidos populares que participavam do governo provisório: os mencheviques e os socialistas-revolucionários.



De outro lado, Lênin defende a necessidade de uma nova revolução, que criasse um governo operário-camponês e realizasse as perspectivas populares para a revolução: pão, paz e terra. Mais do que isto, Lênin defende a demolição do Estado emerso da Revolução de Fevereiro, que é o Estado czarista com verniz democrático-parlamentar, e a criação de outro Estado, baseado nas milícias populares e nos soviets, que fundiriam a polícia, o exército e a burocracia com todo o povo armado, assumindo o controle da segurança, do abastecimento e dos serviços gerais. No topo deste novo Estado haveria, segundo termos de Lênin, uma “ditadura democrática revolucionária do proletariado e do campesinato pobre”. Aqui Lênin limita a aliança operário-camponesa, que ele defende desde 1904-5, aos elementos mais revolucionários do campesinato, aos camponeses pobres, excluindo os camponeses médios e ricos, comprometidos com o governo provisório.

O governo do proletariado e do campesinato pobre teria como programa a paz imediata ou a guerra revolucionária, dependendo das circunstâncias; a criação de uma República dos Soviets; o confisco e a fusão de todos os bancos num só banco nacional soviético; o controle da produção e da distribuição pelos soviets.

Para o partido Lênin propõe a passagem imediata para a oposição ao governo provisório, o trabalho de conquista da direção dos soviets e a organização da insurreição, entendida não como golpe de mão “blanquista”, mas como requisito necessário da organização popular e instrumento decisivo na tomada do poder e na demolição do velho Estado. Propõe ainda a mudança do programa do partido, de seu nome e a convocação de uma nova Internacional socialista.

No seio do partido bolchevique as propostas de Lênin caíram como uma bomba, pois informados pelo velho programa e pela velha estratégia os bolcheviques já se preparavam para inserir o partido nas novas condições da luta legal, disputando a hegemonia no movimento operário por meio de eleições e da ação nos soviets e sindicatos. Acusado de voluntarismo e de ser infiel às próprias teses que defendeu e elaborou ao longo dos anos, Lênin sofreu forte oposição interna, recorrendo ao trabalho de convencimento junto às bases do partido para fazer valer suas novas teses. Nisto foi poderosamente favorecido pela crise política e pela desagregação do governo provisório, cujas vacilações revelavam explicitamente seu verdadeiro caráter. Já em setembro as teses de Lênin dirigiam o partido e este tinha o controle dos principais soviets, mas mesmo às vésperas da insurreição de Outubro Kamenev e Zinoviev, membros do comitê central bolchevique, tornavam públicas suas discordâncias e

denunciavam os planos insurrecionais. Na verdade, na luta contra o “velho bolchevismo” Lênin demonstrou que só ele tinha realmente entendido as mudanças criadas pelo imperialismo e pela guerra na correlação de forças sociais e na dinâmica da revolução.

As teses defendidas por Lênin e ação política por ele desenvolvida entre as Revoluções de Fevereiro e Outubro completam a correção de rumo iniciada em 1914. Seu principal saldo, e talvez o maior legado de Lênin, é a compreensão da relação dialética entre condições objetivas e condições subjetivas, entre estrutura e conjuntura, entre economia e política. Ao invés da espera confiante e imobilista no desenvolvimento das forças produtivas como condição suficiente para a transição socialista, dogma objetivista e economiscista da IIª Internacional, Lênin coloca a necessidade da iniciativa política revolucionária e da tomada do poder. Daí a centralidade da constituição do sujeito revolucionário, que para ele é o partido, vanguarda consciente da classe operária, e da conquista do poder pelo mesmo. Sem o controle do poder político não seria possível quebrar o velho Estado e nem iniciar a transição para o socialismo. Disto deriva também o imperativo político como qual Lênin trabalhará após Outubro até o final de sua vida: salvar e preservar o governo bolchevique e com ele a revolução. Deriva daí também sua original proposta de transição ao socialismo, onde conviveriam distintos modos de produção, com distintas temporalidades, porém sob dominância do modo de produção socialista, garantido pelo poder revolucionário e pela hegemonia política da classe operária.

Já em 1917 e a partir de seus estudos sobre o imperialismo e a guerra, particularmente do caso alemão, Lênin começa a desenvolver uma série de formulações acerca da importância do Capitalismo de Estado na transição para o socialismo. Em diversos textos escritos no período, como *A catástrofe que nos ameaça e como combatê-la* e *Conservação os bolcheviques o poder de Estado?* (LÊNIN, 1980a:327-365), Lênin afirma tanto a necessidade da aplicação de medidas favoráveis ao capitalismo de Estado, quanto à sua não incompatibilidade com o desenvolvimento socialista sob um Estado proletário. A necessidade de medidas de tipo capitalista de Estado se justificaria tanto pelas condições estruturais de uma economia tradicionalmente atrasada e predominantemente agrária; quanto pela situação conjuntural de desagregação econômica, desabastecimento e fome, criados pela guerra, e pela inoperância do governo provisório nesta questão. Além de medidas emergenciais, que deveriam ser tomadas por um governo revolucionário, a proposta do capitalismo de

Estado inspiraria medidas de largo alcance, destinadas a normalizar a produção, a distribuição e o consumo, anular a resistência e a força econômica das classes contrarrevolucionárias, desde a grande burguesia e o capital externo até os camponeses médios, e garantir o registro e o controle da economia pelas massas trabalhadoras e pelo Estado proletário. Nestes termos, o capitalismo de Estado seria “um passo para o socialismo”, sua “mais completa preparação material”, “sua antecâmara”, em relação ao qual não haveria “nenhum grau intermediário”, segundo expressões do próprio Lênin (LÊNIN, 1980a:195-196).

Partindo da constatação de que sob o imperialismo as empresas capitalistas criaram as formas mais avançadas de socialização da produção e de controle do mercado com vistas a monopolizá-lo, sendo o capitalismo de Estado sua forma mais acabada por ter o Estado a capacidade de se tornar um “supertruste”; Lênin afirmava que sob poder proletário tais formas poderiam reverter em favor das massas trabalhadoras, garantindo o desenvolvimento econômico, uma distribuição mais igualitária da riqueza e um importante aprendizado da gestão popular. Obviamente esta proposição parte do pressuposto de que a transição imediata para o socialismo era muito difícil, para não dizer impossível, tanto devido à debilidade do próprio capitalismo russo, quanto devido ao fato de que a base da economia russa era a pequena propriedade, particularmente de caráter rural, o que favorecia as tendências econômicas centrífugas e dificultava enormemente a adesão do campesinato às teses socialistas. Daí a necessidade de um caminho intermediário, que possibilitasse ao mesmo tempo o desenvolvimento econômico e a preservação do Estado proletário sem a ruptura da aliança operário-camponesa.

O eixo fundamental da concepção lenineana de capitalismo de Estado, que a diferenciava das experiências feitas nos países imperialistas, é o registro e o controle da economia por órgãos públicos, mais do que a propriedade estatal pura e simples. Esta se limitaria à unificação dos bancos num banco estatal único, mantendo-se porém os ativos dos acionistas e correntistas; à unificação e nacionalização das companhias de seguros e à criação do monopólio de Estado sobre os grandes consórcios do açúcar, do petróleo, do carvão, da siderurgia e da metalurgia, setores estratégicos da economia. No entanto, o controle destas empresas seria exercido por uma série de instituições além do governo propriamente dito, que conformariam o novo Estado, que para Lênin também não era um Estado propriamente dito (LÊNIN, 1980a: 522), como os sindicatos de trabalhadores, as comissões de fábrica e os soviets. Segundo ele isto garantiria uma

regulação democrático-revolucionária da economia e não burocrático-reacionária, como no imperialismo.

Estas formas populares de controle regulariam a contabilidade das empresas, abolindo-se o segredo comercial, e estariam presentes nas inúmeras associações a que todas as empresas, particularmente as grandes, teriam que se filiar obrigatoriamente, mesmo preservando-se o direito à propriedade privada. O objetivo destas medidas é dar um caráter organizado e centralizado aos processos de poupança de recursos, distribuição e produção. Além disso, Lênin propõe a regulação do consumo por meio da criação de sociedades de consumo, que controlariam o abastecimento e garantiriam a igualdade na distribuição dos produtos, acabando com os privilégios dos ricos no racionamento e com o mercado negro, fenômenos tão estimulados durante a guerra. Finalmente, propunha o trabalho obrigatório para todos, liquidando a ociosidade dos ricos e privilegiados e instituindo o princípio “quem não trabalha, não come”.

Na questão agrária, ponto fulcral na concepção de transição ao socialismo e na estratégia revolucionária de Lênin, suas propostas se modificaram ao longo de 1917. Originalmente, como vimos, Lênin propõe a nacionalização e o controle estatal sobre toda a terra. Em abril de 1917 o controle estatal é substituído pelo controle dos soviets de assalariados agrícolas e camponeses, transformando-se as grandes propriedades em fazendas coletivas modelo (LÊNIN, 2005:66). No decreto sobre a terra, editado no dia seguinte à insurreição de Petrogrado e proposto por ele, há a incorporação plena do programa agrário dos socialistas-revolucionários, confiscando-se todo latifúndio sem qualquer indenização, mas isentando-se as pequenas propriedades; conferindo o direito de usufruto a todos que trabalham na terra; abolindo-se o trabalho assalariado no campo e os direitos relativos à propriedade privada (vender, comprar, arrendar, hipotecar, etc). No entanto, o processo de distribuição e alocação dos trabalhadores nas terras fica a cargo dos soviets agrários, cabendo ao Estado apenas o usufruto de determinadas propriedades, particularmente das fazendas modelo (LÊNIN, 1980a:403-406). A adesão de Lênin às teses agrárias dos socialistas-revolucionários indica a intenção de conquistar o apoio da imensa massa camponesa pra a revolução, realizando na prática a aliança operário-camponesa, mas também indica sua perspectiva geral relativa ao capitalismo de Estado. Isto porque as fazendas coletivas seriam limitadas às grandes propriedades, sobre as quais o Estado teria apenas o direito de usufruto, predominando as mais variadas formas de propriedade camponesa (pequena, média, familiar, comunitária, etc).

### **3- Lênin no poder.**

Após a tomada do poder, Lênin aprofunda sua concepção da transição para o socialismo em aliança com o capitalismo de Estado, quando divulga, em abril de 1918, *As tarefas imediatas do poder soviético* (LÊNIN, 1980a: 557-587) e, em maio, *A tarefa principal de nossos dias: acerca do infantilismo “de esquerda” e do espírito pequeno-burguês* (LÊNIN, 1980a: 592-613). Tais textos se inserem na polêmica aberta no partido e no governo em torno do programa e da proposta de uma paz imediata, feita por Lênin e à qual se vincula sua perspectiva de capitalismo de Estado e de fundação de uma nova Internacional, com a finalidade de estimular e dirigir a revolução mundial. O centro da polêmica se dá com os “comunistas de esquerda”, particularmente com Bukhárin, e os SR de Esquerda, aliados dos bolcheviques no governo. Desde as *Teses de Abril* Lênin reivindicava a saída da Rússia da guerra, denunciando seu caráter imperialista e propondo uma paz sem compensações e anexações. No decreto sobre a paz, redigido e editado por ele após a insurreição de Petrogrado, estas posições são mantidas (LÊNIN, 1980a:396-399). Em sua perspectiva, um acordo de paz, mesmo que assinado em separado, poria fim à agressão imperialista à Rússia, despertaria as massas trabalhadoras da Europa Ocidental contra a guerra e daria uma trégua necessária ao novo regime. Acoplada a esta perspectiva, propunha ainda a autodeterminação de todos os povos dominados, inclusive aqueles sob domínio do Império Russo, e seu direito à auto-organização política e estatal.

Os “comunistas de esquerda” defendiam a transformação da guerra imperialista em guerra revolucionária, que deveria ser levada pelos bolcheviques a outros países, despertando as massas para a revolução. Uma terceira posição era defendida por Trotsky, que propunha uma situação intermediária, “nem paz, nem guerra”, pois se de um lado considerava remota a possibilidade da guerra revolucionária; por outro lado achava difícil que a Alemanha fosse capaz de manter a agressão imperialista à Rússia. Deste modo, o governo revolucionário deveria utilizar as negociações para denunciar a guerra e despertar o operariado ocidental para a revolução, ao contrário, a assinatura da paz poderia desmoralizá-lo perante os trabalhadores. Tortuosa e dramaticamente os fatos deram razão à Lênin, pois a desmobilização espontânea e desarticulada dos soldados russos, que abandonavam a frente de batalha cansados da guerra, levou ao desaparecimento do exército; enquanto o exército alemão retomava a ofensiva ocupando vastos territórios. Diante da situação o governo revolucionário foi obrigado a assinar a

paz de Brest-Litovsky, fazendo inúmeras concessões territoriais e financeiras ao Império Alemão (SERGE, 1993:153-189).

Na questão do programa o debate se estabelece com a preparação do 7º Congresso do Partido Bolchevique, instalado em março, convocado com a finalidade de modificar o programa e o nome do partido, que passa a se chamar Partido Comunista da Rússia (Bolchevique). O congresso se estende até maio, quando as condições vigentes impõem o “comunismo de guerra” de forma irrevogável. Neste debate Lênin insiste na não incompatibilidade entre capitalismo de Estado e transição ao socialismo, defende a necessidade do proletariado aprender a organizar a economia com os capitalistas e os técnicos e reafirma a centralidade do registro e do controle populares para a superação das dificuldades econômicas. Acusa os “comunistas de esquerda” de “fraseologia revolucionária”, por exigirem passos mais rápidos no processo de expropriação com base na coação proletária, o que para Lênin estava muito além das capacidades do novo regime e da real correlação de forças. Os “comunistas de esquerda”, do qual logo depois se originou o grupo Centralismo Democrático, defendiam a nacionalização total da indústria, a socialização da produção e o acirramento da luta dos agricultores pobres contra os ricos. Acusavam ainda a política de Lênin de ser uma política pequeno-burguesa, que levaria a classe operária a abdicar de sua hegemonia em favor da pequena-burguesia com a criação de um Estado pequeno-burguês dirigido por uma burocracia centralizada, aliada dos capitalistas, dos cooperativistas e dos agricultores ricos. A dissidência dos “comunistas de esquerda” dentro do partido quase levou à cisão, com o seu auto-desligamento, temporário, do Comitê Central, em março de 1918 (SERGE, 1993:239-241).

No entanto, a dinâmica revolucionária fez valer as teses dos “comunistas de esquerda”, contradizendo as previsões de Lênin. Em primeiro lugar, a trégua esperada por ele com o acordo de paz é rapidamente suspensa, pois a sublevação das tropas tchecoslovacas contra o governo soviético, em abril, dá início à série de agressões imperialistas que alimentam as forças contra-revolucionárias, em ação desde o ano anterior; desencadeando a Guerra Civil. Em segundo lugar, as diversas frações da burguesia (industriais, comerciantes, agricultores ricos) e das classes médias (funcionários, técnicos, intelectuais) passaram a sabotar sistematicamente as medidas de controle e organização da economia tomadas pelo governo, ampliando o caos econômico. Em terceiro lugar, os bolcheviques começam a sofrer um forte isolamento

político, com conseqüências inevitáveis para a pluralidade e a democracia revolucionárias.

Além da oposição frontal dos partidos ligados à burguesia e à nobreza (cadetes, outubristas, etc), que aderiram à contra-revolução e à sabotagem, os bolcheviques sofreram forte oposição dos partidos do campo socialista que participaram do governo provisório e foram derrotados em Outubro: os SR de Direita e os mencheviques. Ambos os partidos, que acusavam os bolcheviques de golpismo e aventureirismo, abandonaram o Congresso dos Soviets, defenderam a continuidade na guerra ao lado dos países da Entente e passaram a articular a derrubada do governo soviético desde que este dissolveu a Assembléia Constituinte, chegando até mesmo a compor-se com as forças contra-revolucionárias em diversos lugares e situações. Os anarquistas, que participaram ativamente da Revolução de Outubro e atuavam nos soviets e possuíam milícias armadas, passaram a sofrer a infiltração de criminosos e contra-revolucionários, responsáveis por detenções arbitrárias, extorsões de dinheiro e assassinatos, contribuindo para o caos social. Em abril de 1918, após a suspeita de que as milícias anarquistas seriam usadas pelas forças contra-revolucionárias para desestabilizar o governo, este intervém desarmando-as (SERGE, 1993: 233-239).

No entanto, os bolcheviques contavam com o apoio dos SR de Esquerda, dissidência do partido socialista-revolucionário que passou a compor o governo soviético em dezembro de 1917. Após a assinatura do Tratado de Brest-Litovsk, da edição do decreto que expropriava os agricultores ricos e da proposta bolchevique, aprovada, de exclusão do Executivo dos Soviets dos partidos que apoiavam a contra-revolução (SR de Direita e mencheviques), em junho de 1918, os SR de Esquerda começam a distanciar-se dos bolcheviques fazendo-lhes forte oposição. O antagonismo com a direção de Lênin evolui de um convite aos “comunistas de esquerda” para juntos derrubarem o governo, em abril, até uma tentativa aberta de golpe, em julho, com um levante armado contra os bolcheviques (SERGE, 1993:241, 265-269, 284-291).

Esta situação determina o fim do bloco soviético e coroa o processo de isolamento político dos bolcheviques, que passam a compor o governo sozinhos. Assim, a pretendida “trégua” imaginada e esperada por Lênin como crucial para iniciar-se a transição socialista em condições mais favoráveis, não ocorre. De janeiro de 1918 à janeiro de 1919 o governo adota medidas que vão muito além do proposto por Lênin antes de Outubro, radicalizando o processo de expropriação, nacionalização e controle social da produção e do consumo. Além das propostas originais de nacionalização e

unificação dos bancos, associação obrigatória das empresas, nacionalização dos consórcios, abolição do sigilo comercial e criação de cooperativas de consumo, novas medidas são tomadas em função das dificuldades. Destacam-se a anulação dos empréstimos externos, o monopólio estatal do comércio exterior, a expropriação dos agricultores médios e ricos com a política de confisco dos excedentes de cereais para abastecer o exército e as cidades, a expropriação e estatização de toda a indústria, a centralização do sistema de abastecimento pelo Estado, a estatização dos transportes e o pagamento dos salários *in natura*. O pagamento de aluguéis, serviços comunais e transportes foi suspenso e a moeda quase desapareceu, na medida em que o abastecimento era racionado de acordo com critérios classistas (os soldados e trabalhadores dos serviços pesados recebiam mais) e o comércio local reduziu-se enormemente (SERGE, 1993: 257-269; 275-276 e KATORGUINE, 1986: 107-114).

Se por um lado estas medidas foram decisivas para viabilizar o esforço de guerra e manter a aliança estratégica entre o proletariado e os camponeses pobres, por outro lado a capacidade do Estado soviético e suas instituições de controlar centralizadamente todas as novas atribuições que assumiu era bastante limitada. Na prática a maior parte das iniciativas era assumida por soviets, cooperativas e sindicatos no plano local, de forma dispersa, desordenada e, muitas vezes, contraditória com a orientação geral e com uma perspectiva política hegemônica. Em muitos casos decisões importantes eram tomadas em função de intrigas regionais, corporativismo, represálias, etc, que dificultavam o esforço geral. Grosso modo, o governo soviético controlava, basicamente, as requisições de cereais e o abastecimento do Exército Vermelho.

Esta situação deu origem a novas contradições, favorecendo as tendências autoritárias e a repressão. De um lado, no campo, a resistência dos agricultores médios e ricos às requisições de cereais, principalmente os últimos, com óbvio rebatimento na postura oposicionista dos socialistas revolucionários (os de “direita” primeiro e os de “esquerda” depois), manifestava-se por meio de sabotagens, ataques aos comissários enviados pelo governo, contrabando e venda no mercado negro, etc., só não se tornando mais agressiva por que a vitória da contra-revolução significava a volta do latifúndio e da nobreza. De outro lado, nas cidades, a postura da burguesia e da classe média oscilou entre a hostilidade aberta, com sabotagens, atentados, especulação e apoio às forças contra-revolucionárias; e a “adesão” oportunista, com milhares de pessoas integrando-se aos soviets, aos sindicatos e mesmo ao partido bolchevique, e inserindo em seu interior sua perspectiva de classe. Principalmente entre os funcionários do antigo Estado



czarista, os “apparatchiks”, a adesão foi mais intensa, principalmente por que em muitos setores da economia e do Exército o governo necessitava da ajuda destes “técnicos”, com fortes efeitos no processo de burocratização e fechamento político que se iniciava.

Os bolcheviques reagiram defensivamente, organizando o “terror vermelho”, reforçando o peso político do governo dentro das instituições soviéticas e em relação às organizações populares e aumentando a disciplina interna e o centralismo partidários. Tal reação contou com o aval de Lênin, apesar de sua postura mais moderada em relação às posições mais radicais do partido, pois para ele a preservação do governo soviético, mesmo que só com os bolcheviques, e a aliança operário-camponesa tinham um caráter estratégico no processo revolucionário.

Em janeiro de 1918, quando ainda havia a aliança entre bolcheviques e SR de Esquerda no governo, no I Congresso Pan-Russo dos Sindicatos os comitês de fábrica foram transformados em órgãos sindicais, subordinando-os aos sindicatos com vistas ao controle da produção. Um ano depois, no II Congresso o processo de centralização se intensificou com a criação de uma Executiva Sindical com poder sobre os sindicatos. Em junho de 1918, como já assinalamos, os SR de Direita e os mencheviques são excluídos do Executivo dos Soviets, apesar de ainda poderem funcionar legalmente. Em março de 1919, no VIII Congresso do PCUS, por um lado estabelece-se o controle das empresas pelos sindicatos, avançando o processo de controle operário da produção; mas, por outro lado, inicia-se o sistema de nomeações pela direção do partido, ao invés de eleições, para os cargos das instituições soviéticas com a conseqüente criação de instâncias do partido vocacionadas para isto como o *Bureau* Político (Politburo), órgão mais restrito e superior ao Comitê Central, o *Bureau* de Organização (Orgburo) e a Secretaria Geral. Em dezembro de 1919, na VIII Conferência do PCR (b), inicia-se o processo de disciplinarização das células e sindicatos ligados ao partido, completada com a criação de departamentos políticos, nomeados pelo Orgburo, encarregados de supervisioná-las, e inicia-se o debate sobre a questão sindical (FRANCO, 1985: 19-56 e SERGE, 1993: 265-69).

Em março de 1920, no IX Congresso do partido, as posições se definem. Para tentar solucionar os problemas de queda na produção, sabotagem, especulação e desabastecimento, Trotsky propõe um processo de militarização do trabalho, com base nos métodos tayloristas, a ser operado pelos sindicatos. Próximo a esta posição Bukhárin defende a estatização dos sindicatos, com sua subordinação total ao governo. De outro lado, sindicalistas bolcheviques, mais tarde agrupados na Oposição Operária,

rejeitavam estas propostas, particularmente as de Trotsky, acusando-as de ferir a autonomia sindical e esvaziar o poder decisório dos trabalhadores. A posição de Lênin refletia sua concepção acerca da importância do capitalismo de Estado na transição para o socialismo, que considerava diversas medidas de expropriação e controle social apenas como medidas emergenciais e não definitivas, além de sua tradicional defesa da manutenção da aliança operário-camponesa. Em linhas gerais sua posição era mais próxima da perspectiva centralista de Trotsky, a quem chegou a apoiar por um período, e Bukhárin, propondo o fim do controle sindical na gestão das empresas, devendo estas submeter-se à gestão centralizada e vertical, o que foi aprovado no IX Congresso do partido. No entanto, foi contra as posições de Trotsky e Bukhárin por considerá-las uma radicalização do “comunismo de guerra” e por estar em sintonia com a franca rejeição destas propostas pelas bases sindicais do partido. Ao invés da militarização do trabalho e/ou da estatização dos sindicatos Lênin propôs a sua transformação em órgãos auxiliares do partido, como vínculos entre a vanguarda da classe operária e as massas, como “escolas de socialismo, de administração, de governo”; o que foi aprovado em dezembro de 1920, no VIII Congresso dos Soviets e no Conselho Central Pan-Russo dos Sindicatos (FRANCO, 1985: 19-32). Esta posição de Lênin reflete sua tradicional avaliação do papel dos sindicatos na luta revolucionária, considerados por ele como órgãos meramente corporativos, limitados à luta econômica, incapazes de assumir a direção política da classe operária, à qual caberia o partido.

Daí suas divergências com a Oposição Operária, que se organiza no interior do partido no segundo semestre de 1920, em reação, principalmente, às propostas centralistas e intervencionistas surgidas em torno da questão sindical. Neste ponto, a Oposição Operária defendia a autonomia dos sindicatos operários diante do partido e do governo e o controle da produção por eles, em lugar dos soviets; considerados muito heterogêneos, por serem compostos por outras classes além do operariado. Além disso, juntamente com o grupo Centralismo Democrático, criticavam duramente a política de nomeações para os cargos dirigentes, exigindo a volta do método eleitoral, o fim do intervencionismo e do burocratismo. No X Congresso do partido, em janeiro de 1921, a Oposição Operária emergiu como força política e lançou uma plataforma política própria. Com o apoio do Comitê Central, inclusive de Bukhárin e Trotsky, Lênin denunciou a plataforma da Oposição Operária, e outras posições mais à esquerda, como “desvio anarco-sindicalista” e defendeu a unidade, o centralismo e a disciplina, propondo uma resolução, aprovada, que previa medidas duras contra toda posição

considerada fracionista no interior do partido (FRANCO, 1985: 33-43). Para Lênin a proposta da Oposição Operária tinha um conteúdo fortemente corporativista, excessivamente limitado aos interesses da classe operária, não considerando a centralidade da aliança com o campesinato para a revolução, correndo o risco de empurrar a massa camponesa para os braços da reação.

Além disso, a primazia dos sindicatos na questão econômica poderia diluir a capacidade dirigente do partido no processo de transição, pois a adesão de setores da classe média (“apparatchiks” do Antigo Regime, funcionários de escritório, técnicos, intelectuais, ex-proprietários) aos sindicatos operários fez com que estes tivessem um número quinze vezes superior ao número de militantes do partido (SERGE, 1993: 391-393). Até mesmo o partido bolchevique cresceu enormemente desde 1917, num período de redução numérica da classe operária devido à Guerra Civil e ao êxodo urbano. Passou de 80 mil filiados, em abril de 1917, para 350 mil no final do ano (250 mil segundo cifras mais modestas) e depois para 732 mil, já no início de 1921 (ELEY, 2005: 178; SERGE, 1993: 57-58 e REIS FILHO, 1997:79-80, 106). Obviamente nesta massa de novos militantes comunistas havia ex-mencheviques, ex-anarquistas, ex-socialistas revolucionários e operários politizados que se engajaram conscientemente e concordavam com as teses bolcheviques, no entanto, muitos deles eram oportunistas buscando inserir-se nos meandros da nova ordem e aproveitar-se da instabilidade social e econômica e da necessidade de técnicos e especialistas. Para os bolcheviques históricos, particularmente para a cúpula dirigente e, em especial, para Lênin, isto significava uma vantagem, pois poderia colocar a serviço da revolução saberes e especialidades oriundos da velha ordem; mas por outro lado significava uma ameaça, com a “contaminação” das bases do partido pela mentalidade pequeno-burguesa. Diante desta contradição o partido buscou a solução no centralismo decisório e nas depurações. A derrota da Oposição Operária no X Congresso deu origem à primeira onda de expurgos, atingindo principalmente seus militantes, mas também os oportunistas, com a redução do partido para 515 mil membros (REIS FILHO, 1997: 106). Este congresso também foi marcado pela repressão à Insurreição de Kronstadt, pela volta do critério de elegibilidade para preenchimento dos cargos, pela criação das comissões de controle e pelo anúncio da NEP (Nova Política Econômica) por Lênin.

A partir do início de 1921 a NEP é implantada por proposta de Lênin, promovendo uma virada na política do governo bolchevique e redefinindo a estratégia de transição ao socialismo. Em linhas gerais, as condições para a virada foram o

isolamento político dos bolcheviques no governo, com a extinção gradativa dos partidos do campo soviético; o fim do ciclo revolucionário na Europa Centro-Oriental; a vitória do Exército Vermelho na Guerra Civil e a insatisfação das massas populares, na cidade e no campo, com os rigores do “comunismo de guerra”.

Desde meados de 1918 os bolcheviques estavam sozinhos no governo, porém os partidos do campo soviético (socialistas revolucionários e mencheviques), os anarquistas e mesmo os partidos burgueses não estavam legalmente proibidos, apesar de sua postura anti-bolchevique e do envolvimento de determinados setores em iniciativas contra-revolucionárias e em complôs/atentados contra o governo. No entanto, a repressão desencadeada contra os mesmos e a derrota militar gerou o seu progressivo esvaziamento e quase desaparecimento no final da Guerra Civil, tornando os bolcheviques a única força política relevante. Lênin percebia os perigos deste monolitismo e ainda pensava em ter os SR e os mencheviques como uma oposição legal ao governo dentro do campo soviético, chegando, inclusive, a garantir a participação de seus membros como observadores do Congresso dos Soviets, mesmo sem que estes tivessem conseguido eleger delegados. No entanto, a resistência de diversos setores do partido bolchevique a este proselitismo de Lênin com forças políticas consideradas inimigas por muitos, o centralismo vigente nas instituições soviéticas e o envolvimento de socialistas revolucionários, mencheviques e anarquistas na Insurreição de Kronstadt tornou o seu renascimento político impossível (JOHNSTONE, 1985a). Nesta situação os bolcheviques reforçaram seu comando político, particularmente por que a NEP abriu toda uma série de novas contradições políticas e sociais, atualizando a necessidade do centralismo.

No plano externo, a sonhada revolução internacional sofreu um revés, na medida em que o ciclo revolucionário aberto com a Revolução Alemã de 1918 esmoreceu, gerando a ofensiva contra-revolucionária em muitos países. Na verdade, com a queda dos Impérios Centrais e o fim da Primeira Guerra predominaram revoluções de tipo nacional e republicana, pondo fim à monarquias e originando diversos países novos. Mesmo a fundação da IIIª Internacional (Internacional Comunista), em março de 1919, criada para articular o campo revolucionário no movimento operário e fomentar a revolução mundial, não alterou este quadro. A perspectiva da revolução proletária e socialista se apresentou na Alemanha, com as insurreições de 1918-19 e 1920; na Finlândia, com a criação de um governo socialista em 1918; na Hungria, com a formação de um governo soviético de março a agosto de 1919; na Espanha, com o

*triênio bolchevista* (1918-1920) e na Itália, com o conhecido *biennio rosso* (1919-1920). Na Alemanha, onde Lênin e os bolcheviques tinham as maiores esperanças, a revolução foi derrotada, apesar de uma última e fracassada tentativa em 1923 (ELEY, 2005:189-202). Na Polônia, onde os bolcheviques intervieram militarmente contra o governo reacionário de Pilsudski e apoiaram o operariado revolucionário, em meados de 1920, o Exército Vermelho foi recebido como invasor, reacendendo os sentimentos anti-russos e sendo derrotado. Paralelamente, a presença de forças contra-revolucionárias e de tropas estrangeiras nas antigas províncias do Império Russo e sua hostilidade ao governo bolchevique fizeram com que a Guerra Civil se estendesse a estes territórios, o que significou a sua integração à Federação Soviética com a vitória do Exército Vermelho. A reconstituição quase integral do Império, mesmo que em novas bases, alimentou fortemente a contradição entre a perspectiva da autodeterminação, tese defendida por Lênin desde antes de Outubro, e a realidade do centralismo político vigente.

No plano interno, o cansaço com os anos sucessivos de guerra e o descontentamento com a situação de carência, fome e desarticulação econômica, paralela à política de confisco e ao centralismo político, deram origem a uma série de manifestações contra o governo. As greves operárias e o acirramento da resistência camponesa, principalmente dos camponeses médios, deram o sinal do esgotamento da política do “comunismo de guerra”. A Insurreição de Kronstadt, ocorrida em fevereiro e março de 1921, foi o auge e a síntese desta postura. De um lado o governo acatou diversas reivindicações dos insurretos, logo depois incorporadas à NEP, de outro lado, tratou a revolta como ameaça contra-revolucionária, apesar de diversas tentativas de negociação, e reprimiu-a violentamente (SERGE, 1993:413-431 e ARVON, 1984). O massacre de Kronstadt tornou sem volta o pluralismo soviético; de agora em diante as perspectivas anti-burocráticas e anti-centralistas teriam que se desenvolver no interior do próprio partido bolchevique e em condições cada vez mais difíceis.

Nesta situação a NEP emerge não como um simples retorno às teses de Lênin anteriores à Guerra Civil, mas como uma estratégia de transição ao socialismo de longo prazo, como a formação de um novo bloco histórico, imbuída de dois objetivos: recompor a aliança operário-camponesa, particularmente com os camponeses médios, contra os *kulaks*, os especuladores e os elementos burgueses e reforçar o poder bolchevique, como cimento socialista de uma ordem social heterogênea e em transição. No famoso ensaio *Sobre o imposto em espécie* (LÊNIN, 1980:492-524), de abril de 1921, Lênin demonstra preocupação com estas questões, fundamentando sua

perspectiva para a nova conjuntura que se abria e defendendo a NEP recém instalada. O texto começa com uma longa introdução, que na verdade é a reprodução de parte substancial de *A tarefa principal de nossos dias: acerca do infantilismo “de esquerda” e do espírito pequeno-burguês*, onde Lênin revela a existência de cinco modos de produção na Rússia, defende a não-incompatibilidade entre capitalismo de Estado e socialismo e sua importância na transição socialista, demonstrando sua ligação com as teses defendidas por ele anteriormente.

No entanto, esta nova intervenção sobre a questão revela uma forte preocupação com os erros e contradições gerados pelo “comunismo de guerra” e com a situação política do país. Para Lênin o “comunismo de guerra” era uma medida provisória, imposta pela Guerra Civil e pela ruína, que tinha ido longe demais no processo de estatização e controle da circulação de mercadorias. Em seus interstícios haviam ocorrido tanto o reforço do elemento pequeno-burguês no seio do campesinato, com a ascensão de grande número de camponeses pobres à camponeses médios e a especulação local; quanto o “renascimento do burocratismo no regime soviético”, graças à adesão de elementos das velhas classes ao novo Estado e ao partido, particularmente no plano local. Além disso, a fragmentação econômica, a dispersão do pequeno produtor, a falta de comunicações, o baixo nível cultural, o baixo rendimento das grandes empresas e, principalmente, a ausência de circulação entre agricultura e indústria contribuíam poderosamente para estes fenômenos. Deste modo, era crucial para o proletariado o estabelecimento das trocas entre a indústria e a agricultura, o desenvolvimento das forças produtivas e a melhoria das condições dos camponeses. Daí a proposta da substituição da política de confisco pelo estabelecimento de um imposto em espécie, aliado à medidas de estímulo ao aumento da produção e da produtividade, como a permissão para que os camponeses comercializassem livremente seus excedentes de produção.

A situação da grande indústria era preocupante para Lênin, pois durante o período do “comunismo de guerra” este setor econômico conviveu com graves problemas de falta de matérias-primas, transportes, desorganização administrativa, mal conseguindo sobreviver, ao invés de crescer e se consolidar, como era previsto. Daí sua grande preocupação com as grandes empresas, pois de acordo com sua visão, elas contribuíam mais para a transição ao socialismo do que as cooperativas de pequenos produtores, redutos da mentalidade e da perspectiva pequeno-burguesa e de conversão demorada e complexa para a grande empresa. Também a necessidade de revitalizar a

grande indústria, pólo dinâmico do desenvolvimento econômico, com a realização de concessões do Estado a capitalistas privados, mesmo de origem externa, com base em contratos precisos e com prazos definidos, porém com vistas à sua nacionalização no futuro. Além disso, se fariam concessões no comércio, para capitalistas que aceitassem receber uma porcentagem da venda de produtos do Estado e compra de produtos do pequeno produtor, e arrendamentos de empresas e direitos de exploração, para capitalistas interessados em arrendá-las do Estado com base num contrato determinado.

O capitalismo privado se apresentaria também no fortalecimento da pequena propriedade, na cidade e no campo, considerada o caminho mais rápido para o crescimento da produção e de importância central para a aliança operário-camponesa. Nas cidades o Estado apoiaria as cooperativas de pequenos industriais por meio de concessões e no campo favoreceria a pequena propriedade rural através da liberdade de comércio para o camponês. Para Lênin estas formas são variantes do capitalismo de Estado, mas na prática significavam a volta de formas de capitalismo privado, pois estas empresas seriam controladas por indivíduos privados, associados ou não, e não por funcionários do Estado ou por instituições soviéticas. O controle estatal se daria através do planejamento econômico e do controle e registro das trocas e da produção nos setores estratégicos. Daí a necessidade de fortalecer a integração entre os vários setores da economia, o que nas condições vigentes só poderia ocorrer por meio do livre comércio, devido a incapacidade das instituições soviéticas, particularmente o governo, de garanti-la por meios políticos. Ou seja, para Lênin a dispersão típica do “comunismo de guerra” era um fator fortemente favorável à retração econômica e ao renascimento do burocratismo e do espírito pequeno-burguês. Só a integração econômica poderia garantir o desenvolvimento e o controle socialista da economia, condição fundamental para evitar que as próprias tendências privadas, liberadas pela NEP, prevalecessem no final.

Deste modo, em 1921 Lênin opera uma correção em relação às suas teses de transição ao socialismo de 1917-18, quando previa o desaparecimento imediato do capitalismo privado, pelo menos na grande empresa, com a expropriação da burguesia e da nobreza e o desaparecimento gradual da economia patriarcal e da pequena produção com o avanço do socialismo e do capitalismo de Estado (BERTELLI, 2005). Agora a situação exige um recuo maior, devido tanto ao pouco desenvolvimento das forças produtivas desde Outubro, quanto à não-ocorrência da revolução mundial. Sendo assim

a fórmula de Lênin para a NEP pode ser resumida na seguinte equação: pluralidade de formas e relações sociais no plano econômico e centralismo no plano político.

Já em 1920 a perspectiva de liberalização aparece em duas medidas adotadas pelo governo: a abolição dos comitês de camponeses pobres, encarregados de controlar o processo de distribuição de mercadorias e o confisco de cereais no campo, e a permissão para que os artesãos pudessem vender seus produtos no mercado local. Em 1921, com a aprovação da NEP, são instituídos o imposto em espécie, a liberdade de comércio, principalmente no campo, a desnacionalização de determinadas empresas (grandes e pequenas) e maior liberdade de ação para as cooperativas. As trocas sistemáticas entre indústria e agricultura são restabelecidas, inicialmente de forma natural, como queria o governo, porém mais tarde as relações monetário-mercantis tiveram que ser restauradas (KATORGUINE, 1987 e GÓDIO, 2007).

Em 1921 as teses de Lênin sobre a NEP foram recebidas com reserva no partido, principalmente por Bukhárin e por Trotsky, apesar de aprovadas por ampla maioria, e acidamente criticadas por agrupamentos de esquerda que vislumbravam a criação de novos partidos. Bukhárin acabou aderindo à proposta estratégica contida na NEP, apesar das discordâncias com o conceito de capitalismo de Estado, tornando-se o seu principal defensor após a morte de Lênin. Para Trotsky a NEP sempre foi um recuo tático emergencial, porém perigoso por conter a possibilidade da restauração capitalista, devendo ser substituída assim que possível (BERTELLI, 2005 e KATORGUINE, 1986). Na verdade, mesmo admitindo que o capitalismo de Estado potencializaria formas e relações econômicas capitalistas, que em última instância levariam ao “guarda-branquismo”, ou seja, à contra-revolução, Lênin partia do pressuposto de que a manutenção do “comunismo de guerra”, com todos os seus problemas de desorganização econômica, imposição de condições duras aos camponeses, baixo desenvolvimento das forças produtivas, etc., e a precipitação na implantação do socialismo continham possibilidades maiores ainda de restauração capitalista e de burocratização política. Isto porque um levante camponês em massa contra o governo revolucionário e o proletariado e a regressão econômica seriam ameaças irresistivelmente maiores do que foram o Exército Branco e as tropas estrangeiras na Guerra Civil, alimentando a perspectiva contra-revolucionária dos setores sobreviventes das velhas classes dominantes e da pequena burguesia, incrustados nas instituições soviéticas, e uma nova ofensiva militar dos países imperialistas. Com a NEP, ao contrário, as tendências restauracionistas poderiam ser melhor controladas com o



avanço produtivo, o reforço da hegemonia proletária sobre o campesinato e a preservação do Estado soviético e de sua capacidade de controle econômico.

No plano das relações políticas a estratégia de transição ao socialismo desencadeada com a NEP requeria de um lado, a manutenção dos bolcheviques no poder, mesmo que admitindo-se a existência de uma oposição socialista, e o combate às tendências burocratizantes surgidas no partido e no Estado soviético. A esta problemática Lênin dedicou seus últimos textos e intervenções políticas, como *Discurso no plenário do Soviet de Moscou*, de novembro de 1922; *Carta ao Congresso*, de dezembro de 1922 e janeiro de 1923; *Sobre a questão das nacionalidades ou da “autonomização”*, de dezembro de 1922; *Páginas do Diário*; *Sobre a cooperação*; *Sobre a nossa revolução*; *Como devemos organizar a Inspeção Operária e Camponesa*, todas de janeiro de 1923 e *É melhor menos, mas melhor*, de março de 1923 (LÊNIN, 1980: 629-681). Além da tentativa de criação de um “bloco” político com Trotsky contra Stálin e as tendências burocratizantes dentro do governo e do partido.

Por diversas ocasiões, em seu últimos anos de vida, Lênin acusou o Estado soviético de ser nada menos que o velho Estado czarista com um verniz proletário. Sua consciência do quão pouco as coisas haviam efetivamente mudado no funcionamento do aparelho estatal tornou-se mais aguda após a Guerra Civil, levando-o a associar a necessária transformação político-administrativa a um processo prolongado de revolução cultural. Nestes textos, a salvaguarda fundamental do Estado soviético contra os desvios herdados da velha máquina czarista era a presença operária nas instituições soviéticas, devendo-se buscar uma inserção cada vez maior de operários no aparelho administrativo, em detrimento dos intelectuais e dos funcionários. Deveria-se ampliar a participação operária principalmente nos órgãos dirigentes, como o Comitê Central e a Comissão Central de Controle, esta controlada por Stálin, de preferência de operários que não haviam ainda assumido funções nas instituições soviéticas e, portanto, estavam ainda inseridos no processo produtivo. A Inspeção Operária e Camponesa, órgão encarregado de fiscalizar a administração e detectar seus desvios, deveria ser reorganizada, sofrendo um processo de depuração, para ampliar sua eficácia e capacidade técnica, ao mesmo tempo em que se submeteria ao controle operário. Com isto Lênin imaginava poder “arejar” o aparelho de Estado com uma perspectiva classista, de “baixo para cima”, capaz de combater os desvios burocratizantes originários de outras classes e garantir sua eficácia administrativa.

A questão das nacionalidades era outro ponto importante na intervenção de Lênin, levando-o a criticar duramente o comportamento “grão-russo” de setores do governo em relação às outras repúblicas socialistas, que anteriormente eram províncias do Império. Segundo ele, a postura opressora, nacionalista e preconceituosa da antiga burocracia czarista em relação aos povos não-russos gerou uma situação de desequilíbrio e desconfiança que só poderia ser combatida pelo princípio do internacionalismo proletário e não pela sua reprodução no novo regime. O respeito à autonomia política das outras repúblicas e o seu tratamento em relação de equivalência com a república russa era condição fundamental para se garantir sua adesão ao socialismo e manter a unidade do Estado soviético. Daí as duras críticas que dirigiu ao comissário das nacionalidades, Stálin, e seus assessores, principalmente Ordjonikidze, no conflito com os dirigentes do partido na Geórgia. Como Secretário-geral do partido, indicado contra a vontade de Lênin, Stálin tornou-se responsável pelos desvios burocratizantes denunciados por ele, sendo o alvo principal da famosa *Carta ao Congresso*, que é considerada seu testamento político. Nela Lênin faz uma avaliação crítica de cada um dos principais membros do Comitê Central, alertando para o perigo da cisão no partido e conclamando os camaradas a manter a unidade. No entanto, é a Stálin que ele dedica as piores críticas, acusando-o de ser demasiadamente rude, imprudente e de ter concentrando imenso poder em suas mãos. Em anexo escrito dez dias depois sugere sua substituição no cargo de Secretário-geral. Em seu livro *Stálin: rumo ao poder*, Trotsky relata as tentativas feitas por Lênin para compor com ele um bloco político contra Stálin, porém, o agravamento de sua doença impediu tal empreitada (TROTSKY, 1980b).

No entanto, o arejamento dos órgãos dirigentes ainda era insuficiente devido ao baixo nível cultural da maioria da população. Ou seja, para Lênin os problemas do Estado soviético também se relacionavam a toda uma série de questões ligadas ao que ele denominava de “incultura semi-asiática”, predominante na sociedade russa, como a cultura da submissão, o individualismo pequeno-burguês, os valores hierárquicos, o misticismo, etc., que favoreciam a reprodução de relações autoritárias e hierarquizantes. Se o Estado czarista alimentava esta situação para perpetuar-se, o Estado soviético deveria abolí-la, pois o socialismo demanda um determinado nível cultural. A revolução e a criação do Estado soviético significaram a conquista das premissas para civilizar a Rússia, condição para a criação do socialismo, mas as tarefas ainda eram imensas. Daí sua proposta de uma revolução cultural de longo prazo, a ser desenvolvida

principalmente no campo, cujo primeiro passo seria a massificação da instrução pública, condição básica para civilizar um país com 69% de analfabetos (segundo dados do próprio Lênin) e mais importante que as tentativas de desenvolvimento de uma cultura proletária, na qual vários intelectuais e agrupamentos marxistas estavam envolvidos. Para esta tarefa os operários eram convocados a criar associações do partido, sindicais ou privadas encarregadas de auxiliar o desenvolvimento cultural no campo. Os professores primários, que funcionavam como instrumentos de apoio ao regime burguês nos países capitalistas, deveriam ter seu trabalho organizado e orientado no sentido de transformá-los em instrumentos de apoio ao regime soviético.

Ainda no plano da conquista da hegemonia socialista no campo, Lênin passou a dar uma importância diferente às cooperativas. Se nas suas formulações anteriores elas eram, fundamentalmente, instrumentos de controle e de unificação da produção, agora elas adquirem grande importância como mecanismos de transição ao socialismo no campo. Segundo ele, garantido o controle operário sobre o Estado e o controle estatal dos meios de produção, as cooperativas tornam-se o caminho econômico mais fácil para a educação das massas camponesas numa perspectiva coletivista, pois perdem o caráter privado que possuem no regime capitalista, onde a empresa cooperativa é uma espécie de capitalista coletivo, e em certa medida, também no capitalismo de Estado, fortalecendo sua condição de empresa coletiva. Para Lênin, com a NEP todo apoio deveria ser dado às cooperativas, pois “o regime dos cooperadores cultos é o regime socialista”, o que significa o abandono da mentalidade pequeno-burguesa pelos camponeses e sua adesão consciente ao socialismo (LÊNIN, 1980b:660). Deste modo, a construção do socialismo demandava não só a criação de condições favoráveis ao desenvolvimento econômico, ao avanço das forças produtivas, da propriedade social e à consolidação do Estado operário, mas a ascensão da Rússia a um estágio cultural e civilizatório já alcançado na Europa Ocidental, mas sem a qual a adesão do elemento pequeno-burguês, principalmente no campo, à perspectiva socialista, tornaria-se impossível.

Este último esforço feito por Lênin para intervir nos rumos do partido e do governo soviético é subitamente interrompido pelo terceiro derrame cerebral sofrido por ele em abril de 1923, tendo seu estado de saúde drasticamente agravado e praticamente saindo de cena até sua morte, em janeiro de 1924. Neste período realizou-se o décimo segundo Congresso do partido, onde Stálin não só não foi destituído das funções que ocupava como tornou-se o principal membro do “triumvirato”, aliança entre ele,

Kamenev e Zinoviev para ocupar o lugar de Lênin e impedir a ascensão de Trotsky à sua sucessão. Apesar de suas indicações em contrário, nos anos subsequentes o processo de burocratização se aprofundou, a cisão no partido se efetivou de modo radical, com o expurgo de milhares de militantes, da cúpula à base, e a NEP foi drasticamente interrompida, revertendo a perspectiva de transição socialista por ele defendida. As conseqüências destes processos para os rumos da URSS e do movimento operário internacional todos conhecem, mas isto já é outra história.

#### **4-Breves considerações Finais: o legado de Lênin.**

Durante todo o século XX a influência de Lênin fez-se sentir nos rumos da história mundial. Seu pensamento como intelectual marxista e sua ação como dirigente revolucionário continuaram inspirando projetos e práticas sociais ao longo das décadas, mesmo que, em muitos casos, de forma deturpada e parcial. Suas previsões de que a Revolução Russa iniciou uma era de revolução mundial com o despertar das massas oprimidas pelo imperialismo foram confirmadas pelos movimentos revolucionários que permearam todo o século, particularmente nos países periféricos, apesar do imperialismo conseguir manter-se. Hoje, quando a experiência histórica originada na Revolução Russa entrou em colapso e o capitalismo assumiu configurações que parecem negar algumas de suas teses fundamentais, como as mudanças na composição do proletariado, a capacidade hegemônica da democracia burguesa e do pós-modernismo cultural, a emergência de um sem-número de atores sociais e de novos instrumentos políticos, entre outros, não falta quem diga que Lênin está superado. No entanto, apesar do caráter datado de alguns elementos de sua obra, que devem ser entendidos à luz das condições históricas da época, outros mantêm gritante atualidade, particularmente na situação atual, em que o mundo tem no socialismo a única alternativa de futuro à barbárie capitalista, devendo ser uma referência para os lutadores sociais e os que atuam pela transformação social.

Do grande elenco de questões e temáticas tratadas por Lênin e que preservam sua atualidade, destacaríamos cinco. Os dois primeiros relacionam-se à sua compreensão do marxismo, ao seu método de análise e entendimento da realidade histórica. Entre todas as correntes revolucionárias que viscejaram na Rússia, marxistas ou não, a visão de Lênin foi a que compreendeu de forma mais completa a relação dialética entre universal, particular e singular. Lênin entendia a sociedade russa como síntese entre a dinâmica universalizante imposta pela inserção tardia do capitalismo no

país e a singularidade de um Estado absolutista em plena “era dos Impérios”, dominando diversas nacionalidades na base da coerção extra-econômica e com uma economia camponesa tradicional. Esta leitura dialética da realidade russa colocou-o a meio caminho entre os revolucionários “ocidentalizantes”, que queriam repetir na Rússia o caminho europeu-ocidental, e os “russificantes”, que propunham um caminho revolucionário próprio, específico para o país. Também permitiu-lhe elaborar propostas políticas cuja justeza histórica a revolução de 1917 confirmou. Esta leitura “realista” e anti-dogmática da sociedade russa o fez conceber o marxismo como um organismo vivo, inserido e elaborado no processo da luta social, e não por qualquer instituição acadêmica. A luta social confirma ou não a sua justeza teórica e é sua fonte de ajustes, correções e novos desenvolvimentos. No entanto, a luta não existe plenamente sem a teoria, daí a sua famosa afirmação de que sem teoria revolucionária não era possível movimento revolucionário. Mais do que nunca, esta perspectiva deve ser retomada.

No plano da ação política, qualquer estratégia revolucionária conseqüente com uma perspectiva de superação da ordem do capital deve levar em conta três elementos centrais na formulação lenineana. O primeiro é a centralidade da política no processo de luta de classes e de ruptura revolucionária. Como uma espécie de síntese, de estágio superior da luta social, a luta política não só expressa as contradições sociais, mas também é resultado da capacidade de conscientização, organização e mobilização das classes sociais, em suma, de sua capacidade hegemônica. Neste aspecto, se quiser conquistar a hegemonia social o movimento revolucionário deve levar a luta política em todos os seus níveis, em todas as frentes e instâncias onde o poder do capital se realiza, no parlamento, na fábrica ou na rua, devendo enfrentá-lo de forma global e estabelecer a justa relação entre estas distintas formas de luta. Isto é importante, pois é no terreno da dominação política do capital que o movimento revolucionário deve levar sua luta e criar suas formas de contra-poder.

Esta formulação se desdobra na tese de que o Estado socialista é um Estado de novo tipo. Sendo uma ditadura de classe, como todo Estado o é, o Estado socialista se distingue por ser aquele fadado à extinção, à abolição de toda forma estatal e de separação entre governantes e governados. Deste modo, qualquer processo de construção do Estado e da sociedade socialistas requer um movimento de ruptura política e institucional, que pode se dar de variadas formas e passar por temporalidades distintas, mas que é incontornável para quem quiser abolir a opressão de classe. Finalmente, uma última tese que não pode ser esquecida: a revolução socialista só pode

ter um caráter mundial. Qualquer experiência nacional de ruptura com a ordem do capital está fadada a sofrer um cerco terrível e a atrasar-se demasiadamente na transição ao socialismo se ficar isolada e/ou não for corroborada por outros processos revolucionários com os quais venha a se aliar e fundir. Os riscos de degeneração revolucionária e de restauração capitalista são enormes, particularmente para os países de capitalismo periférico, como o nosso.

### **BIBLIOGRAFIA**

- ARVON, Henri. *A Revolta de Kronstadt*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BANDEIRA, Luiz A. Moniz. *Lênin: vida e obra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- BERTELLI, Antonio R. “A questão do Estado e da transição em Lênin e Bukhárin”. In: BERTELLI, Antonio R. (org.). *A Nova Política Econômica (NEP): capitalismo de Estado, transição e socialismo*. São Paulo: Global, 1987, p. 61-104.
- \_\_\_\_\_. “Lênin e a transição para o socialismo”. In: *Revista Novos Rumos*, nº 44 (Encarte), São Paulo: IAP/IPSO, 2005.
- BETTELHEIM, Charles. *A luta de classes na União soviética: primeiro período (1917-1923)*; Rio de Janeiro; Paz e Terra; 1976.
- DEL ROIO, Marcos. “Breve nota sobre a teoria do imperialismo (1902-1916)” In: *Revista Novos Rumos*, nº 47, São Paulo: IAP/IPSO, 2007, p. 33-39.
- EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo: Boitempo/ Editora da Unesp, 1997.
- ELEY, Geoff. *Forjando a democracia: a história da esquerda na Europa, 1850-2000*. São Paulo; Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.
- FRANCO, Augusto de. *Autonomia e partido revolucionário*; Goiânia; Ferramenta; 1985.
- GERRATANA, Valentino. “Estado socialista e capitalismo de Estado”. In: BERTELLI, Antonio R. (org.). *A Nova Política Econômica (NEP): capitalismo de Estado, transição e socialismo*. São Paulo: Global, 1987, p. 11-60.
- GODIO, Julio. “O capítulo não-escrito de *O Capital* de Marx: reflexões sobre a Nova Política Econômica (NEP) na Rússia (1921-1929)” In: *Revista Novos Rumos*, nº 47, São Paulo: IAP/IPSO, 2007, p. 57-84.
- GRUPPI, Luciano. *O pensamento de Lênin*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- GUIMARÃES, Juarez. *Democracia e marxismo: crítica à razão liberal*. São Paulo: Xamã, 1998.

JOHNSTONE, Monty. “Lênin e a revolução”. In: HOBBSAWM, Eric J. (org.). *História do Marxismo*. V.5; Rio de Janeiro; Paz e Terra; 1985a p. 113-142.

\_\_\_\_\_. “Um instrumento político de tipo novo: o partido leninista de vanguarda”. In: HOBBSAWM, Eric J. (org.). *História do Marxismo*. V.6; Rio de Janeiro; Paz e Terra; 1985b, p. 13-44.

LÊNIN, V. I. *Materialismo e empiriocriticismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1975.

\_\_\_\_\_. *Obras Escolhidas*. Tomo 2; São Paulo: Alfa-Ômega;1980a.

\_\_\_\_\_. *Obras Escolhidas*. Tomo 3; São Paulo: Alfa-Ômega;1980b.

\_\_\_\_\_. *Obras Escolhidas*. Tomo 1, 2ª ed. São Paulo; Alfa-Ômega;1982a.

\_\_\_\_\_. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo:Abril Cultural, 1982b.

\_\_\_\_\_. *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*. 2ª ed. São Paulo:Global, 1982c.

\_\_\_\_\_. *O programa agrário da social democracia na primeira Revolução Russa de 1905-1907*. Goiânia:Alternativa, 2002.

\_\_\_\_\_. “Às portas da revolução” In: ZIZEK, Slavoj. *Às portas da revolução: seleção dos escritos de Lênin de fevereiro à outubro de 1917*. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 23-169.

LOWY, Michael. *Método dialético e teoria política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

KATORGUINE, I. I. “Rumo à Nova Política Econômica”. In: BERTELLI, Antonio R. (org.). *A Nova Política Econômica (NEP): capitalismo de Estado, transição e socialismo*. São Paulo: Global, 1987, p. 105- 140.

KNEI-PAZ, Baruch. “Trotski: revolução permanente e revolução do atraso”. In: HOBBSAWM, Eric J. (org.). *História do Marxismo*. V.5; Rio de Janeiro; Paz e Terra; 1985, p. 159- 196.

NETTO, José Paulo. *Marxismo impenitente: contribuição à história das idéias marxistas*. São Paulo: Cortez, 2004.

REIS FILHO, Daniel A. *Uma revolução perdida: a história do socialismo soviético*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

SCHERRER, Jutta. “Bogdânov e Lênin: o bolchevismo na encruzilhada”. In: HOBBSAWM, Eric J. (org.). *História do Marxismo*. V.3; seg.ed. Rio de Janeiro; Paz e Terra; 1984, p. 189-242.

SERGE, Victor. *O ano I da Revolução Russa*. São Paulo: Ensaio, 1993.

STRADA, Vittorio. “A polêmica entre bolcheviques e mencheviques sobre a Revolução de 1905”. In: HOBBSAWM, Eric J. (org.). *História do Marxismo*. V.3; seg.ed. Rio de Janeiro; Paz e Terra; 1984, p. 135-188.

\_\_\_\_\_. “Lênin e Trotski”. In: HOBBSBAWM, Eric J. (org.). *História do Marxismo*. V.5; Rio de Janeiro; Paz e Terra; 1985, p. 143-158.

TROTSKY, Leon. *Stálin: o militante anônimo*. Vol. 1. São Paulo: Ched Editorial, 1980a.

\_\_\_\_\_. *Stálin: rumo ao poder*. Vol. 2. São Paulo: Ched Editorial, 1980b.

ZIZEK, Slavoj. *Às portas da revolução: seleção dos escritos de Lênin de fevereiro à outubro de 1917*. São Paulo: Boitempo, 2005.